

A REBELIÃO INDÍGENA NA UFOPA E OS DESAFIOS DA INTERCULTURALIDADE NO ENSINO SUPERIOR¹

THE INDIGENOUS REBELLION IN UFOPA AND THE CHALLENGES OF INTERCULTURALITY IN HIGHER EDUCATION

Florêncio Almeida Vaz Filho²

RESUMO

O artigo trata das barreiras reais para a efetivação da interculturalidade na perspectiva dos indígenas no ensino superior. E mostra como, a partir da entrada de um número cada vez maior de indígenas, quilombolas e negros nas universidades brasileiras, através de processos diferenciados de seleção e da Lei de Cotas, tornaram-se mais frequentes atitudes abertas de desrespeito e racismo contra estes estudantes. A presença dos indígenas num espaço onde até então estavam ausentes ou invisíveis fez o racismo se mostrar mais ostensivo. No entanto, os estudantes indígenas organizados em coletivos nas universidades têm denunciado tais práticas, além de reivindicar bolsas e políticas de acompanhamento. Um exemplo foi a rebelião dos estudantes indígenas na UFOPA, em 2015. Liderados pelo Diretório Acadêmico Indígena (DAIN), eles demonstraram a seus professores e à Administração Superior da Universidade que se sentiam discriminados e reivindicavam mais respeito. Isso mostra que os estudantes estão se apropriando dos conceitos e ideias das próprias ciências sociais sobre racismo e colonialidade do saber, entre outros, para estimular as universidades à adoção de práticas interculturais.

PALAVRAS-CHAVE: Interculturalidade, Indígenas, UFOPA.

ABSTRACT

The article deals with the real barriers to the realization of interculturality from the perspective of indigenous people in higher education. And it shows how, from the entry of an increasing number of natives, quilombolas and blacks in Brazilian universities, through differentiated selection processes and the Quotas Law, they became more frequent open disrespect and racism at these students. The presence of indigenous people in a space where they were absent or invisible hitherto made racism more blatant. However, indigenous students organized in colleges at universities have

¹ Trabalho apresentado na Mesa Redonda 18 “Intelectuais e Lideranças Étnicas no Campo da Antropologia”, coordenada pela Profª. Maria Rosário de Carvalho, na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil. É importante ressaltar que este artigo foi reescrito e reapresentado em uma versão atualizada para o presente dossiê.

² Professor Doutor do Programa de Antropologia e Arqueologia (PAA/UFOPA), Santarém, Pará. E-mail: florencioalmeidavaz@gmail.com.

denounced such practices, in addition to claiming scholarships and accompanying policies. One example was the rebellion of indigenous students at UFOPA in 2015. Led by the Indigenous Academic Directory (DAIN), they demonstrated to their professors and the University Administration that they felt discriminated against and demanded more respect. This shows that students are appropriating the concepts and ideas of the social sciences themselves about racism and coloniality of knowledge, among others, to stimulate universities to adopt intercultural practices.

KEYWORDS: Interculturality, Indigenous, UFOPA.

INTRODUÇÃO

Na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), em Porto Seguro, eu participei da mesa “Intelectuais e Lideranças Étnicas no Campo da Antropologia”, coordenada pela Profa. Maria Rosário G. de Carvalho, discutindo a importância de negros e indígenas estarem se tornando antropólogos e, também, mostrando como nós, nativos, fazíamos antropologia. Naquela ocasião, apresentei um texto intitulado “O nativo revestido com as armas da antropologia” (VAZ FILHO, 2008), onde mostrava através da minha trajetória, como a antropologia podia se tornar uma poderosa arma nas mãos dos próprios indígenas. E, ainda hoje, esta é a minha condição: ativista indígena e antropólogo. O que passarei a expor é resultado principalmente da minha observação como indígena, professor e Diretor de Ações Afirmativas na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

O termo interculturalidade se refere a trocas, diálogos e interações entre grupos, culturas e pessoas que estejam em condições horizontais, democráticas e não coloniais para se relacionar. Que estejam em iguais condições e dispostas a efetuar tais trocas (LANDER, 1997; PAULA, 1999). Se não for assim, o resultado do processo será outra coisa, pois interculturalidade exige o respeito pelo diferente, pelo outro.

Ora, os Estados Nacionais se construíram de forma autoritária, violentando os direitos dos indígenas, africanos e afrodescendentes. Até os anos 1960 ainda era bastante forte a ideia de um Estado Nacional homogêneo e unitário. Durante séculos não havia espaço para o respeito e nem para a existência de outras e diferentes culturas e formas de nacionalidade. E foram os indígenas, com apoio de Organizações Não Governamentais (ONGs), setores da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação e intelectuais da academia, que a partir dos anos 1970, em diferentes países da América

A rebelião indígena na UFOPA e os desafios da interculturalidade no ensino superior – Florêncio Almeida Vaz Filho – p. 79-98

Latina, começaram a se insurgir contra o discurso e a prática do Estado homogeneizador. A partir deste processo a noção de interculturalidade foi se instituindo no debate e no sistema educacional (LOPEZ, 2013).

Se a noção de interculturalidade é uma novidade, a sua prática já era fato entre os povos indígenas, com uma longa experiência de convivência com outros grupos indígenas e, também, grupos afrodescendentes. O que passou a ocorrer foi que as organizações e comunidades indígenas passaram a ter a interculturalidade como um projeto político, que requer que as relações interétnicas com as instituições do Estado nacional sejam construídas através de novos ordenamentos sociais, não mais baseados na exclusão e na dominação de uma cultura sobre as outras. Por isso, na atualidade, “no hay organización indígena en el continente que no reivindique la interculturalidad como proyecto político y de vida para los pueblos que representan, tal como lo hacen también los líderes e intelectuales indígenas” (LOPEZ, 2013, p. 113).

Neste sentido, na perspectiva indígena, o que vemos de intercultural nas universidades brasileiras nos últimos anos? Falamos do ambiente acadêmico porque é onde mais tem se falado deste conceito nas últimas décadas, e foi onde entraram milhares de negros, quilombolas e indígenas a partir do início deste século.

OS INDÍGENAS: DA LITERATURA PARA SUJEITOS DO DEBATE

Nas duas últimas décadas as universidades passaram a contar cada vez mais com um número expressivo de indígenas, negros e quilombolas. Os indígenas são uma presença que não se pode negar. Estão nos corredores, nas salas de aula, nas Semanas dos Povos Indígenas e nos vários eventos e mobilizações. Mas como tem sido esta presença? Como ela está sendo assimilada na prática pelo conjunto da academia, uma vez que se trata de algo que não era comum até o fim do século XX? Podemos falar de relações dialógicas e igualitárias entre pessoas que vêm de mundos tão diferentes e considerados pelo senso comum em uma escala hierárquica que vai do menos ao mais civilizado? A universidade tem reconhecido de fato esse outro na sua diferença e na sua potencialidade?

Trazendo mais para o nosso campo disciplinar, perguntamos como os professores nos cursos de antropologia estão convivendo com estes indígenas já não

A rebelião indígena na UFOPA e os desafios da interculturalidade no ensino superior – Florêncio Almeida Vaz Filho – p. 79-98

objetos de pesquisa, mas estudantes cada vez mais donos de si e levantando questões antes não colocadas em sala de aula? Certamente há uma grande diferença de uma aula de etnologia indígena quando os nativos estão presentes objetivados apenas no texto, para uma aula onde estão, como sujeitos, sentados à frente do professor(a) e discutindo criticamente sobre o que se diz ou se pensa sobre eles.

Sobre esta situação nova, cabe aqui parafrasear Carlos Montemayor: “los que no somos indios hemos hablado siempre de los indios, hemos tratado de decir qué son, qué piensan, qué no piensan. No sabemos todavía en que medida México es indígena [...]” (MONTEMAYOR, 1998, n.p.). Estudiosos, especialistas em povos indígenas, como são considerados os antropólogos, até agora escreveram e falaram soberanos sobre estes povos, definindo o que são e o que pensam. Faziam isso de maneira confortável, sem a presença de indígenas com direito a réplica. Agora, estudantes indígenas de diferentes povos podem e estão fazendo suas próprias leituras sobre etnografias e teorias antropológicas bem estabelecidas sobre os povos indígenas. Podem, em outras condições, mostrar que seus professores não sabem tudo sobre a diversidade dos modos de ser indígena.

E esta cena está ficando mais comum nos cursos da área das ciências humanas, para ficar somente no nosso campo. E o que pode acontecer quando estudantes indígenas se levantam e questionam as próprias práticas e certas concepções dos seus professores antropólogos? O que pode acontecer quando estes indígenas cobram outras relações e uma reestruturação da própria Universidade? Isso já está acontecendo. Aqui, vamos falar de forma introdutória sobre este processo. Mas, o debate já iniciou e existem outras boas reflexões sobre o tema.

Uma olhada inicial sobre a nova realidade nas universidades ao mesmo tempo que nos mostra sinais animadores de que estão ficando mais democratizadas e plurais, traz um quadro preocupante que vem se estabelecendo em muitas instituições. E precisamos discutir sobre o preconceito contra indígenas e os negros, que se manifestou mais aberto à medida que estes grupos se tornaram mais visíveis e ativos em várias instâncias da vida acadêmica. Precisamos ampliar o debate porque o clima de acirramento de preconceito e racismo está se refletindo em várias instituições em diferentes Estados do país, envolvendo questionamentos das identidades indígenas e um ataque a direitos étnicos conquistados, desta vez dentro da própria academia.

A rebelião indígena na UFOPA e os desafios da interculturalidade no ensino superior – Florêncio Almeida Vaz Filho – p. 79-98

O que ocorre com os indígenas e negros é que, de nativos distantes, estes sujeitos hoje passam a integrar o corpo acadêmico das universidades no país e trazem novos desafios para a academia e, especialmente, para as ciências sociais, requerendo que ambas se posicionem de forma mais efetiva em relação aos nossos campos de estudo, garantindo que paradigmas teóricos bem resolvidos nos livros, como a alteridade e o combate ao etnocentrismo, saiam do papel para o dia a dia. O que está acontecendo na prática, no entanto, nem sempre está condizente com propostas de respeito aos grupos estudados, e vem gerando problemas em algumas universidades, onde indígenas afirmam que estão sendo desrespeitados no seu direito à identidade étnica. Em alguns casos eles sugerem que isso acontece por não se adequarem a um perfil de índio exótico e bilíngue, em total desrespeito a conquistas políticas e sociais de tais comunidades nas últimas décadas.

Se alguns indígenas se sentem desrespeitados por não serem muito “diferentes”, em outras situações são exatamente os indígenas com um perfil mais exótico que incomodam tanto alguns não-indígenas, a ponto de estes não quererem nem ficar próximo de tais indígenas. Só a título de ilustração, cito dois casos recentes de denúncias de racismo contra indígenas. Um no extremo Norte e outro no extremo Sul do Brasil. O primeiro ocorreu no dia 14.12.2015, no campus de Paricarana da Universidade Federal de Roraima (UFRR), quando quatro acadêmicos indígenas do Curso de Bacharelado em Gestão Territorial Indígena (GTI), do Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, foram hostilizados e ofendidos por um grupo de estudantes não-indígenas. Na hora do almoço, os não-indígenas gritaram que a presença dos indígenas os incomodava e se retiraram da mesa coletiva, segundo eles como uma forma de “não se misturarem”. O fato repercutiu tanto a ponto de a direção do Instituto Insikiran lançar uma Nota de Repúdio à atitude racista do grupo.

Não à toa, o caso envolveu o Instituto Insikiran. Criado em 2001 (ainda como Núcleo Insikiran), é uma das experiências mais antigas no Brasil de uma unidade acadêmica voltada exclusivamente para a formação superior indígena de forma intercultural. Sua criação constituiu “uma espécie de divisor de águas em relação à exclusão/inclusão das populações indígenas em Roraima” (FERNANDES; CARVALHO; REPETTO, 2009, p. 09). Após mais de 15 anos de intensa atuação, com

resultados muito positivos no tocante a formação de indígenas, constatamos que a sua existência não eliminou o desrespeito para com os estudantes.

O segundo caso ocorreu em Porto Alegre (RS), no dia 19 de março de 2016, diante da Casa do Estudante (da UFRGS), quando o estudante de medicina veterinária Nerlei Fidelis (do povo Kaingang), cotista da UFRGS, foi brutalmente espancado a socos e chutes durante dez minutos por, pelo menos, seis rapazes que, em sua maioria, seriam estudantes de engenharia na própria universidade. Mesmo desmaiado, o indígena continuou sendo chutado. Os agressores começaram provocando Nerlei, dizendo “o que estes indígenas estão fazendo aí”, entre outras ofensas. O advogado Onir Araujo, que acompanhou o indígena até a Polícia Federal (PF), reclamou da omissão da segurança da Casa do Estudante, que não chamou a Polícia e nem o SAMU (LATUF, 2016; MELLO, 2016).

Segundo Onir Araujo, é crescente a onda de violência racista praticada contra cotistas negros, indígenas e africanos (LATUF, 2016). Fato que é confirmado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em uma Nota divulgada em 24.03.2016: há outros casos de atitudes discriminatórias contra indígenas cotistas na UFRGS, e alguns estudantes indígenas até já abandonaram seus cursos “por terem sofrido discriminação dentro da própria universidade” (FUNAI, 2016, n.p.).

Assim como o Instituto Insikiran/UFRR e a Funai, a UFRGS lançou uma nota em relação ao caso, informando que havia tomado os procedimentos para apuração dos fatos, bem como as providências necessárias pelas instâncias pertinentes. Mas, ao contrário das notas do Insikiran/UFRR e Funai, mais contundentes no repúdio a toda forma de discriminação, preconceito e racismo, a nota da UFRGS, de apenas cinco linhas, não usa sequer tais termos. A UFRGS se refere ao que o indígena sofreu apenas como “agressão” e se limita a dizer que repudia “práticas violentas” envolvendo a comunidade acadêmica”. Isso mostra que existem diferenças substanciais na forma de as universidades reagirem diante dos casos de racismo que afetam os indígenas.

A UNIVERSIDADE COMO ESPAÇO DE REPRODUÇÃO DE UMA CULTURA DOMINANTE

A rebelião indígena na UFOPA e os desafios da interculturalidade no ensino superior – Florêncio Almeida Vaz Filho – p. 79-98

A escola e a universidade têm sido historicamente um espaço de reprodução de um modo de ser e de uma cultura hegemônica, dentro do projeto homogeneizante do Estado Nacional. Por isso, muitos indígenas se esforçam para colocar seus filhos na escola para “aprender a ser gente”, e ser gente, de certa maneira é: ser civilizado conforme o padrão europeu brasileiro. Falar corretamente português, ser cristão, ter uma etiqueta urbana etc. A universidade também opera assim, como o lugar onde as pessoas aprendem um certo jeito de pensar, raciocinar, escrever e falar. E este jeito foi herdado das primeiras universidades europeias. Ora, mesmo com o grande número de indígenas, negros e quilombolas que entraram nos últimos anos, a universidade não mudou muito o seu jeito de operar e nem o seu projeto civilizatório. Não mudou a política assimilacionista que vai reeducando e incorporando à cultura dominante os sujeitos destes grupos diferentes que chegam. Este padrão continua sendo reproduzido.

Nem poderia ser muito diferente, pois a sociedade brasileira não mudou. O modo como se organizam e se hierarquizam as classes sociais, os grupos de poder político e econômico, continua o mesmo. Assim, a matriz cultural que sustenta esta ordem de coisas ainda é a mesma. No entanto, a composição social das universidades foi alterada em parte, com a entrada de quem tradicionalmente não estava ali. Todos estes sujeitos aceitarão o processo de reeducação, conforme os padrões culturais dominantes? Uma parte, sim.

Sabendo que tem maior possibilidade de sucesso na academia aquele estudante que mais se adapta à lógica estabelecida, alguns indígenas procuram fazer tudo para se adequar, atenuando ou até se desnudando das suas particularidades culturais e étnicas. Até porque, para a universidade, o aluno indígena conta como um indivíduo e não como sujeito representante de uma coletividade étnica e historicamente diferenciada. Importa mais mostrar-se produtivista, enriquecendo e sempre atualizando seu Currículo Lattes. Importa referenciar-se sempre em autores consagrados ou clássicos da disciplina, autores oriundos do eixo Sul-Sudeste do Brasil ou da Europa e Estados Unidos, e nunca em seus próprios sábios, pajés e contadores de história.

Se é verdade que continuam como referências o padrão monocultural e a colonização epistêmica, negando ou ignorando os saberes tradicionais indígenas, por outro lado, temos que destacar que os indígenas, uma vez dentro das universidades, não ficaram somente “assistindo aulas” ou se adaptando ao ambiente acadêmico. Muitos

A rebelião indígena na UFOPA e os desafios da interculturalidade no ensino superior – Florêncio Almeida Vaz Filho – p. 79-98

escolheram manter e enfatizar as suas particularidades, saberes e tradições do seu povo e os seus mesmos, apesar das resistências e preconceitos. Pela própria necessidade, parte dos indígenas foi se agrupando e se mobilizando para reivindicar bolsas e acompanhamento psicopedagógico, uma vez que inicialmente as políticas de ações afirmativas nas universidades no Brasil em geral se preocuparam mais com a simples inclusão dos indígenas, e menos com os processos de permanência e aprendizado (LIMA; BARROSO, 2013).

Estes estudantes logo descobriram que não bastava entrar para a universidade através de algum processo diferenciado de seleção, e que conseguir condições adequadas para estudar e sobreviver lá dentro era um outro desafio. E os indígenas tomaram várias iniciativas, com apoio de professores e gestores que acolhiam suas propostas e desenvolviam projetos para favorecer a permanência e o seu aprendizado satisfatório.

Posteriormente, as iniciativas pontuais foram elevadas ao nível de políticas das universidades ou do Governo Federal. Se hoje muitas universidades possuem coordenações, diretorias ou até pró-reitorias de ações afirmativas, que garantem uma maior atenção a indígenas, negros e quilombolas, isso foi resultado de cobranças e pressões dos próprios estudantes indígenas e negros. O mesmo se pode dizer do Programa de Bolsa Permanência (PBP), criado pelo Ministério da Educação (MEC) em 2013 e que, para os indígenas e quilombolas, vale o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão de suas especificidades. Era uma antiga reivindicação destes estudantes.

A inauguração, no final de 2014, do Centro de Convivência Multicultural dos Povos Indígenas da Universidade de Brasília (UNB), popularmente chamado de Maloca, como um espaço bem visível dos estudantes indígenas, é um exemplo emblemático dos resultados das iniciativas e das pressões exercidas pelos indígenas diante da estrutura das universidades. Nas demais universidades há salas, algumas pequenas, outras maiores, mas são espaços específicos e referência para os indígenas ou negros, onde eles podem ler, conversar, usar computadores e fazer suas reuniões. São estas “malocas” que os indígenas vão criando nas universidades sinais de um avanço conquistado por eles mesmos.

A partir da agência e da iniciativa destes grupos é que foi se instituindo de verdade nas universidades uma política de ações afirmativas, ainda em construção. Afinal, quando os primeiros negros e indígenas entraram nas universidades quase nada existia além da própria “entrada diferenciada”. Os indígenas estão fazendo a diferença entre, de um lado, a retórica e as intenções expressas nos editais de seleção e, de outro, a prática cotidiana nas universidades.

Por exemplo, na UFOPA, a partir de 2010, o Processo de Seleção Especial (PSE) trouxe os indígenas para dentro da Universidade. Mas, uma vez como estudantes da instituição eles tinham que concorrer com outros estudantes por bolsas, onde nem todos conseguiam ser contemplados. E eles resolveram se organizar e reivindicar uma forma de auxílio também diferenciado, para garantir seu sustento na universidade. Conseguiram uma bolsa permanência especial para os indígenas sem que tivessem que concorrer com outros estudantes. Criaram o Diretório Acadêmico Indígena (DAIN) que, após várias cobranças e reuniões com pró-reitorias e a reitoria, conseguiu uma sala pequena, com alguns computadores e mesas, que passou a servir como sala de reuniões e de estudos. O DAIN continuou pressionando a Administração Superior, e conseguiu no início de 2016 uma sala mais espaçosa e com mais mesas e computadores.

Este processo, que ocorre em todas as universidades onde estão os estudantes indígenas, é dinâmico e vai gerando outros desdobramentos. Os indígenas continuam pressionando por acompanhamento, alojamento, bolsas para pesquisa e extensão, e outras formas de apoio. E ao mesmo tempo, eles que estão atentos a atos de racismo de que não raro são vítimas. É algo a se celebrar que os indígenas, uma vez dentro das universidades, vão forçando a uma mudança na configuração das coisas e dos processos. São mudanças ainda limitadas, mas eles continuam exigindo que mudem também as relações entre as pessoas, o que significa questionar hierarquias secularmente estabelecidas.

Como já foi constatado por Lima e Barroso (2013, p. 64):

As cotas não eram e continuam a não ser, suficientes. São necessárias mudanças muito mais amplas na estrutura universitária, ou ao menos a produção de estruturas de interface, que levem à reflexão das suas práticas a partir da diferença étnica [...]. É necessário, ao menos, que surjam espaços de apoio e interlocução.

Enquanto estas mudanças mais profundas não vêm, o racismo institucionalizado continua firme, as relações e hierarquias de poder continuam. E quando ocorrem situações onde grupos ou pessoas bem estabelecidas no campo acadêmico se defrontam com esta atuação indígena, elas são obrigadas a apelar de alguma forma para o tradicional: “sabe com quem está falando?” Aí é que nos damos conta de que as resistências contra as mudanças estão bem firmes.

A REBELIÃO DOS ESTUDANTES INDÍGENAS NA UFOPA

Aqui eu gostaria de me referir ao fato que aconteceu no Programa de Antropologia e Arqueologia (PAA), na UFOPA, no primeiro semestre de 2015: uma espécie de rebelião dos estudantes indígenas contra seus professores, e também contra formas de tratamento que recebiam até então na Universidade como um todo. Naquele contexto foi possível constatar como uma tensão pode ficar latente, acumulada durante algum tempo, na forma de mágoas e rancores, e de repente explodir. Quando puderam falar abertamente, os indígenas afirmaram que se sentiam profundamente discriminados por seus próprios professores de antropologia e arqueologia, além de outros estudantes não-indígenas e professores de outros cursos. A oportunidade aproveitada por aqueles indígenas foi como o destampar de uma panela de pressão.

Aconteceu, então, que os estudantes indígenas enfrentaram seus professores, irrompendo em reuniões de colegiado, e obrigando-os a lhes escutar. Os professores, ainda tentando manter sua autoridade e argumentação, foram obrigados a escutar a palavra firme dos estudantes indígenas: “Não! Agora vocês vão ter que nos escutar! Vocês estão na nossa casa, e precisam nos respeitar. Nós já estávamos aqui antes de vocês chegarem”. Até a Reitora e o Procurador da Universidade foram a uma das tensas reuniões entre estudantes e professores e tiveram também que escutar os desabafos e reivindicações dos indígenas por mais respeito.

Até 2016, existiam na UFOPA 240 estudantes indígenas que entraram pelo PSE, e outros 15 que entraram pelo Processo Seletivo Regular (PSR), pela cota dos 50% oriundos de escola pública. Estes estudantes indígenas são de aproximadamente 20 etnias, e estão distribuídos em todos os institutos, pois para o PSE indígena e quilombola há vagas em todos os cursos. E desde 2011, quando da realização do

A rebelião indígena na UFOPA e os desafios da interculturalidade no ensino superior – Florêncio Almeida Vaz Filho – p. 79-98

primeiro seminário sobre o PSE indígena, estes estudantes apresentam relatos de discriminação por parte dos professores, servidores e estudantes não-indígenas. Mas o quadro tem se agravado desde 2014, com o crescimento da animosidade, inclusive entre os próprios indígenas.

Em geral, estes estudantes vêm de três áreas geográficas e culturais distintas: [1] Baixo Tapajós – Os indígenas dos povos que vivem na região do baixo rio Tapajós, próximos da cidade de Santarém, de antigo e intenso contato com a sociedade envolvente, que geralmente enfrentam questionamentos sobre sua identidade indígena e sofrem preconceitos pelo fato de só falarem o Português e terem um estilo de vida muito parecido com os demais moradores das comunidades rurais e cidades da região; [2] Alto e médio Tapajós – os Munduruku, que ocupam a região do alto e médio rio Tapajós, têm contato faz mais de dois séculos com a sociedade envolvente, mas conservam fortes particularidades culturais, como a língua própria Munduruku do tronco Tupi, e são conhecidos pela sua bravura e resistência contra a construção de hidrelétricas no referido rio; [3] Calha Norte do rio Amazonas, na região do rio Trombetas – Aí estão os Waiwai, Kaxiuna e outros povos que apresentam um contato mais intenso com menos de um século, e que em geral usam o Waiwai (do tronco Karib) como língua franca.

Em fins de 2014 um estudante waiwai, do curso de antropologia, criou uma tensão quando começou a falar e divulgar que os indígenas do baixo rio Tapajós eram “falsos índios”. Isso veio se somar a um movimento bem maior de políticos, empresários e setores da mídia local que alimentam esta ideia sobre os “falsos índios” na região. Inclusive, a Sentença do Juiz Airton Portela, negando a existência de Terras Indígenas no rio Maró, conforme reivindicação dos povos Borari e Arapium que naquela área vivem, é de 26 de novembro de 2014. Esta Sentença atendia perfeitamente aos interesses daqueles setores.

A acusação feita pelo jovem waiwai, apoiado por pequeno grupo de estudantes da mesma etnia, causou tantos problemas e ganhou tanta repercussão que chegou a ser discutido em uma reunião no Ministério Público Federal (MPF) em Santarém, em 25.03.2015, a partir de denúncias feitas pelos estudantes indígenas do baixo Tapajós. Na ocasião, a atitude dos estudantes waiwai foi muito criticada pelos demais estudantes indígenas (inclusive por outros estudantes waiwai e munduruku), pelo representante do PAA e outras autoridades da UFOPA. A acusação sobre os “falsos índios”, feita pelo

A rebelião indígena na UFOPA e os desafios da interculturalidade no ensino superior – Florêncio Almeida Vaz Filho – p. 79-98

estudante waiwai, foi ainda desautorizada pelo Procurador da República, Dr. Luiz de Camões Lima Boaventura, e pela profa. Dra. Jane Beltrão, vice-presidente da ABA, presentes à reunião.

Note-se que, apesar de os estudantes envolvidos na questão estarem ligados aos cursos de antropologia e arqueologia, os professores do PAA em seu conjunto não tomaram nenhuma iniciativa no sentido de alertar o pequeno grupo waiwai sobre o equívoco daquela ideia de os povos do baixo Tapajós serem “falsos índios”. E, ao menos em público, aqueles waiwai não foram sequer advertidos por seus mestres, e continuaram com sua cruzada caluniando os indígenas do baixo rio Tapajós.

Esta situação de animosidade entre estudantes de diferentes etnias não é um caso isolado, e envolve disputas políticas de legitimidade, por recursos e espaço social que são comuns em outras partes do país. Estas disputas reverberam em diálogos que vêm alimentando a reflexão sobre uma perspectiva de respeito à diversidade de grupos com diferentes momentos de organização social e política, mas semelhantes na busca do respeito à sua identidade étnica. Uma realidade que, se bem processada, passa, sobretudo, pelo respeito às diferenças. Pelo desenrolar dos acontecimentos, no âmbito dos cursos de antropologia e arqueologia na UFOPA, observou-se que tal respeito não estava ocorrendo.

Pois bem, aconteceu que o Anarq, um coletivo formado por parte dos professores do PAA, da UFOPA, convidou o doutorando em antropologia Daniel Belik para proferir a palestra “*Quem são os muitos Munduruku?*”. O evento aconteceu no dia 11.05.2015 na UFOPA em Santarém, e contou com a presença de muitos estudantes e professores.

Após a apresentação feita pelo pesquisador, um grupo de estudantes munduruku foi para a frente e afirmou que o pesquisador deveria interromper sua pesquisa, pois não teve permissão deste povo para fazer trabalho de campo na Terra Indígena dos Munduruku, já tendo sido expulso cinco vezes de suas aldeias. Em seguida, o grupo leu uma Carta mediante a qual os líderes de organizações munduruku explicam que “estão apreensivos por causa dos planos do governo federal de construir o Complexo [hidrelétrico] Tapajós” e, nesse contexto, não sabem “quem são as pessoas que chegam”. Por isso, sua posição é que “nenhum intitulado ‘pesquisador’ tem autorização

para entrar no território munduruku”. Pareceu ali que havia já uma tensão ou mesmo um conflito entre as lideranças dos Munduruku e o antropólogo Daniel Belik.

Em seguida, os estudantes munduruku se retiraram da sala. Foi, então, que alguns professores de antropologia e arqueologia se manifestaram solidários com os Munduruku, dizendo que um antropólogo não pode fazer pesquisa entre um povo indígena sem seu consentimento. Sugeriram interromper o evento e fazer uma reunião posterior para tratar do assunto e dar uma resposta aos Munduruku. E também saíram da sala. Mesmo que parte dos convidados para a palestra desejasse continuar, o evento foi encerrado, sob o constrangimento do palestrante e da professora, que coordenava os trabalhos.

Tanto professores como estudantes, indígenas e não-indígenas, concordaram com a manifestação dos Munduruku, afinal estavam exercendo um direito de recusar a entrada de um pesquisador em suas terras. O próprio antropólogo Daniel Belik reconheceu isso em uma Carta que lhes escreveu em seguida. De fato, o que aconteceu foi algo que vem se estabelecendo no cenário da academia. Um antropólogo tendo que se deparar com seus “sujeitos de pesquisa” que, neste caso, se mostraram revoltados e afirmando que o mesmo não era bem-vindo entre eles, sendo intimado a interromper o seu estudo.

O que vimos na UFOPA é uma cena que pode se tornar comum a partir de agora nas universidades, com a entrada de milhares de indígenas, negros e quilombolas, entre outros grupos étnicos. Essa questão, certamente desafiadora, pode ser extremamente estimulante para a antropologia, desde que seja aceito o desafio de, ampliando o diálogo, garantir o respeito à diversidade, alteridade e direitos destes grupos. Um posicionamento que ainda não parecia muito claro na UFOPA.

Diante da insistência de parte dos professores para que o PAA manifestasse apoio público aos Munduruku em relação ao seu protesto diante do pesquisador Daniel Belik, os estudantes indígenas das outras etnias do baixo rio Tapajós se sentiram bastante incomodados. Não aceitavam a ênfase para com a solidariedade apenas com os Munduruku e, começaram a se articular, até irromper em grande número à reunião do Colegiado do PAA no dia 18.05.2015. Eles apresentaram um documento, que desde o primeiro parágrafo usa de tons bastante fortes com relação aos seus professores de antropologia e arqueologia: “Vimos por meio deste SOLICITAR deste colegiado UM

A rebelião indígena na UFOPA e os desafios da interculturalidade no ensino superior – Florêncio Almeida Vaz Filho – p. 79-98

POSICIONAMENTO E AÇÃO com relação a conflitos políticos, e o porquê da omissão deste programa frente a alguns acontecimentos que vêm ocorrendo [...]” (DAIN/OFÍCIO: Nº 001/2015 – PAA/UFOPA, de 18/05/2015, p. 01).³

Os estudantes sugerem que a grande preocupação de parte dos professores do PAA com os Munduruku resulta do fato de se tratar de um grupo bilíngue, pois o mesmo interesse destes professores não se direcionaria para os indígenas do baixo rio Tapajós. A grande questão apresentada era: por que tanta veemência na defesa dos índios Munduruku do alto e médio Tapajós e quase nenhuma reação em defesa dos índios do baixo rio Tapajós? De fato, na Nota de Esclarecimento dirigida ao povo Munduruku e à comunidade da UFOPA, redigida pela maioria dos professores do PAA, duas semanas após a entrega do referido documento dos indígenas do baixo Tapajós, não há nenhuma referência às questões colocadas por estes estudantes aos seus professores.

Os estudantes indígenas do baixo Tapajós protestavam, conforme suas palavras, porque eram invisibilizados por seus professores, ao mesmo tempo em que outros indígenas, como os Waiwai e os Munduruku do alto e médio rio Tapajós, eram sempre citados como exemplo de “os índios”. Eles afirmavam que essa situação os machucava profundamente. Nas suas falas, citaram aulas de etnologia onde a professora pedia sempre aos alunos waiwai ou munduruku para contarem mitos dos seus povos que tivessem relação com o que estava sendo estudado naquele momento. Era, portanto, como se os indígenas do baixo Tapajós, também presentes na sala, não tivessem mitos para contar ou como se nem indígenas fossem. A própria professora reconheceu, após esta cobrança, que não se dava conta de tal constrangimento causado aos indígenas do baixo rio Tapajós e se propôs a partir dali rever sua postura.

A maioria dos professores, porém, teve muita dificuldade em aceitar as falas e os termos do documento e dos discursos dos indígenas. No início, não queriam nem a reunião ampliada com os estudantes com o argumento de que não havia sido aprovada no Colegiado do PAA. Depois, falaram que não deviam explicações aos indígenas por terem abandonado a palestra de Daniel Belik e insistirem no apoio aos Munduruku. Provavelmente porque aqueles estudantes estavam apontando o que Gersem dos Santos

³ Este documento atualmente não se encontra mais online. Caso seja necessário consultá-lo, indicamos que os leitores entrem em contato com o DAIN pelo e-mail: dain.ufopa@gmail.com.

Luciano (2015, p. 236) chamou de “as vaidades, as ambições, o espírito colonizador, tutelar e subalternizador” da antropologia e dos antropólogos.

No seu documento, os indígenas do baixo Tapajós repudiam a suposta omissão do Colegiado do PAA e da direção da UFOPA diante de conflitos que envolvem os indígenas na instituição. Afirmam que mesmo que o caso já tivesse chegado até ao MPF, os professores do PAA enquanto colegiado não haviam tomado nenhuma iniciativa. Os indígenas se sentiam discriminados e desassistidos por boa parte dos docentes do PAA, pela falta de atitude no combate a esta situação discriminatória. Questionam, na carta, de forma explícita tal situação, dizendo:

A sensação que nós, indígenas do Baixo Tapajós, temos é de uma implícita e ao mesmo tempo explícita discriminação manifestada por meio das atitudes e discursos de vários segmentos da instituição, em especial, do próprio corpo docente, não todos. Por vezes, parecemos ser invisíveis a estes profissionais, que, talvez tenham as mesmas concepções do aluno Walter Wai wai e do Sr. Juiz Ailton Portela. Não somos tratados como indígenas por não sermos bilíngues? Ou por que não somos “exóticos” e selvagens, a ponto de responder aos fatos da maneira como agiria o indígena de suas concepções? Entendemos que para estes profissionais, de uma forma geral, os indígenas que atualmente estão na Universidade são apenas os Wai wai e os Munduruku. Talvez, essa postura, não percebida, apenas, por eles próprios, docentes, esteja contribuindo para alguns grupos étnicos se acharem no direito de ser mais indígenas que outros, gerando toda essa “bola de neve”. Nesse sentido, a omissão de tais fatos, para nós, configura-se como uma conivente discriminação (DAIN/OFÍCIO: Nº 001/2015 – PAA/UFOPA, de 18/05/2015, p. 04).

Este trecho resume bem um quadro preocupante estabelecido nessa universidade, e que serve de exemplo para, enquanto cientistas sociais, repensarmos o nosso papel político enquanto docentes, dentro e fora de nossas instituições de ensino. Conscientes ou não, as escolhas e os silêncios dos professores podem ter repercussões muito negativas para parte dos estudantes. Porém,

Talvez esta seja a tarefa mais difícil, pois diz respeito à possibilidade da antropologia ser questionada na sua autoridade de cientificidade etnográfica, o que em geral, os antropólogos estão muito pouco dispostos a aceitar com tranquilidade, na mesma proporção em que os indígenas antropólogos não estão dispostos a serem meros coadjuvantes e legitimadores das teorias antropológicas, muitas delas

colonialistas e racistas do ponto de vista epistêmico (LUCIANO, 2015, p. 236).

Situações de discriminação contra os indígenas acontecem não só dentro da UFOPA, é claro. No entanto, ali, este quadro se mostrou bem mais complicado, já que as disputas tinham acirrado uma tensão dentro da instituição. Os estudantes indígenas afirmavam que, além de alunos, havia professores que vinham corroborando ou silenciando diante da intensificação de um discurso discriminatório anti-indígena. Incomodava-os a inércia ou falta de uma posição política ampliada do corpo docente e da própria instituição diante da intensificação do preconceito contra os indígenas.

Eles se ressentiam especialmente do fato de os antropólogos e arqueólogos terem se eximido de tomar uma posição mais efetiva diante da Sentença da Justiça Federal em Santarém, que negou aos indígenas do Baixo Tapajós o direito de serem indígenas, através de um discurso de pureza étnica e desrespeito à diferença. Os indígenas afirmam no documento:

REPUDIAMOS A ATITUDE DO PAA, no que se refere à omissão de parte seu quadro docente frente aos últimos acontecimentos envolvendo a integridade étnica dos povos da região do Baixo Tapajós, a saber: No caso da Sentença do Sr. Juiz Airton Portela, a qual negou a existência étnica dos povos Borari e Arapiun, e conseqüentemente os demais povos da região, sentença esta, com grande repercussão na mídia nacional, que, pela proporção do fato, caberia à categoria, no mínimo, uma nota com parecer antropológico [...]. (DAIN/OFÍCIO: Nº 001/2015 – PAA/UFOPA, de 18/05/2015, p. 03).

Os indígenas falavam que até esperavam este tratamento da parte de professores de outros cursos da área das engenharias e tecnologias, mas não de antropólogos e arqueólogos. Disseram eles: “Por entendermos que a antropologia é a área do conhecimento que tem melhor embasamento teórico para lidar com assuntos relacionados à questão de pertencimento étnico, não compreendemos o porquê da omissão do PAA [...]” (DAIN/OFÍCIO: Nº 001/2015 – PAA/UFOPA, de 18/05/2015, p. 05). E este teria sido o seu maior choque, ou frustração. Para eles, os antropólogos, especialistas em indígenas, não deveriam ter uma visão segundo a qual existem índios mais índios e índios menos índios.

Além dos indígenas, os demais estudantes dos cursos de Antropologia e Arqueologia da UFOPA também resolveram se manifestar nas reuniões do Colegiado do PAA, e entregaram a sua Carta aos professores no dia 01.06.2015, onde reafirmaram o que disseram os indígenas e, também, se disseram constrangidos e desrespeitados pelos seus professores. Estudantes indígenas e não-indígenas durante vários dias continuaram cobrando do PAA uma resposta aos seus documentos, o que não acontecia. Eles entenderam que estavam sendo vítimas de um processo de colonização acadêmica, e por isso deram ao seu movimento o nome de “Mecoloniza!#sqn”, que criou uma página no Facebook, onde os vários documentos sobre o caso foram postados e divulgados.

Uma das principais ações do “Mecoloniza!#sqn” foi chamar de volta o pesquisador que teve sua palestra interrompida pela saída de parte dos professores do PAA da sala, no dia 11.05.2015. Os mesmos professores tinham se oposto a que fosse dada novamente uma oportunidade e espaço para que Daniel Belik pudesse se manifestar sobre o ocorrido. Diante disso, os alunos indígenas e não-indígenas do PAA, com apoio do DCE, convidaram o pesquisador para que voltasse à UFOPA, para uma “palestra continuação”, com o lema “Ética e Antropologia – um assunto a debater”. Os estudantes pareciam querer dizer a seus professores que eles (estudantes) podiam discordar do ponto de vista daqueles que não tinham a palavra final. O evento aconteceu no dia 25.05.2015, quando Daniel Belik fez uma fala expondo sua visão sobre os fatos e suas reflexões feitas a partir deles. Nenhum dos membros do Anarq que haviam saído no meio da palestra do dia 11.05.2015 esteve presente.

A greve dos professores, servidores técnico-administrativos e estudantes da UFOPA, iniciada em fins de maio de 2015 (e que durou quase meio ano) acabou servindo para dispersar a mobilização dos estudantes do PAA. E os professores do PAA, após muitas reuniões e discussões sobre o teor do documento e dos protestos indígenas, enviaram aos indígenas em 12.06.2015 uma “Nota de esclarecimento”, onde repudiam “de forma veemente qualquer ataque que vise prejudicar a integridade física, cultural, moral e territorial de Povos Indígenas” (Nota de Esclarecimento – PAA/UFOPA, 2015)⁴, e que consideram a necessidade de “elaborar formas de apoio mais efetivas por direitos dos Povos Indígenas do Baixo Tapajós, bem como, de outros Povos ameaçados

⁴ Esta nota de esclarecimento não existe mais de forma online, caso seja necessário consultá-la, entrar em contato com o autor pelo e-mail: florencioalmeidavaz@gmail.com ou pelo e-mail: dain.ufopa@gmail.com.

[...]”. Dizem que o Ofício dos indígenas serviu como um estímulo para construir uma “reflexão densa sobre os problemas enfrentados pelos alunos indígenas na UFOPA” e que o PAA quer aprofundar o debate acerca das demandas apresentadas. Afirmam ainda que “O PAA considera as acusações de supostos ‘falsos índios’ infundadas e rejeita firmemente qualquer discriminação ou acusação dessas ordens” (Nota de Esclarecimento – PAA/UFOPA, 2015).

Com o esvaziamento da Universidade, poucos indígenas tomaram conhecimento da Nota na ocasião. E mesmo quase um ano depois daquele maio rebelde no PAA, poucos procuraram ter acesso ao seu conteúdo. Parecia que o mais importante foi o recado dado pelos estudantes indígenas. E, a julgar pela sua Nota, os professores do PAA aproveitaram a oportunidade para pensar o seu papel diante de situações assim, e consideraram em profundidade a voz crítica dos indígenas. E de fato, nos meses seguintes a tensão diminuiu, e as relações indígenas professores alcançaram uma qualidade bastante satisfatória.

CONCLUSÃO

Fatos como este referido acima não ocorrem somente na UFOPA, e uma prova disso são as várias denúncias feitas por indígenas em diferentes universidades sobre racismo e discriminação. Pode acontecer que a falta de um diálogo e posicionamento mais efetivos do corpo acadêmico como um todo, incluídos aí não só alunos, mas professores e integrantes da direção das universidades venham contribuindo para a continuação do quadro de tensão e animosidade envolvendo os estudantes indígenas.

Como lembram os indígenas na UFOPA, se esses casos seriam até compreensíveis nos cursos de exatas, engenharias e tecnologia, no campo das ciências sociais beira o desrespeito à própria disciplina. Mas é desrespeito, sobretudo, às pessoas que vêm lutando por séculos para ter sua identidade étnica respeitada e que, hoje, se sentem vulneráveis dentro das universidades, espaços que deveriam ser, sobretudo, do ensino e da vivência de perspectivas de valorização da diversidade.

Ocorre que as universidades estão sendo ocupadas cada vez mais por uma diversidade de indígenas: índios com a pele mais clara ou mais escura, índios com o cabelo crespo ou liso, índios de todo jeito. E aqueles índios com os traços físicos

A rebelião indígena na UFOPA e os desafios da interculturalidade no ensino superior – Florêncio Almeida Vaz Filho – p. 79-98

estereotipados, com cabelo liso e olho fino, é apenas um dos tipos de índios que encontramos na universidade. E trabalhar com essas diferenças é preciso. E estes indígenas precisam ser reconhecidos, valorizados e respeitados da forma como são.

Na UFOPA, parte considerável dos indígenas preferem os cursos na área de ciências humanas, e essa formação parece lhes reforçar a capacidade de liderança. Tanto que na atual composição da coordenação executiva do Conselho Indígena dos rios Tapajós e Arapiuns (CITA), todos são estudantes na UFOPA e das ciências humanas. Foram estes estudantes que estiveram à frente das grandes mobilizações indígenas nos últimos tempos, como a ocupação do prédio da Justiça Federal em Santarém em dezembro de 2014, para protestar contra a Sentença que negava a existência de Terras Indígenas no rio Maró e a ocupação do prédio do ICMBio, exigindo o cancelamento de um projeto de Crédito de Carbono florestal na área da Resex Tapajós-Arapiuns, em agosto de 2015. São estes estudantes que vão a Brasília para tratar de demarcação de suas terras e da luta contra as hidrelétricas no rio Tapajós.

São estes os estudantes indígenas que estão nas universidades forçando para que se abram mais as portas e para que se abram mais portas. Se a Universidade não tem sido por si mesma intercultural, se não tem favorecido a interculturalidade, os indígenas chegaram para forçar este processo. E é assim que a cara e o jeito das universidades no Brasil estão sendo transformados, e sendo levadas a uma interculturalidade de fato. E este caminho parece que não tem volta. Ao menos no que depender dos estudantes indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DAIN. **Ofício N° 001/2015**, de 18 de maio de 2015. UFOPA.

FERNANDES, Maria Luiza; CARVALHO, Fabio Almeida de; REPETTO, Maxim (orgs.). **Acesso e permanência de indígenas ao ensino superior: o Programa E²ma Pia**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2009, p. 07-17.

FUNAI. **Nota de repúdio frente a casos de violência baseados em racismo e discriminação contra os povos indígenas**. Brasília, 24.03.2016. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/?p=204080>. Acesso em: 25/03/2016.

LANDER, Edgardo. **La democracia en las ciencias sociales contemporáneas**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1997.

A rebelião indígena na UFOPA e os desafios da interculturalidade no ensino superior – Florêncio Almeida Vaz Filho – p. 79-98

LATUF, Carlos Henrique. Racismo: Estudante Kaingang espancado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Blog Amazônia Legal em Foco** – Postado em 23/03/2016. Disponível em: <http://odescortinardaamazonia.blogspot.com.br/2016/03/racismo-universitario-kaingang.html?m=1>. Acesso em: 25/03/2016.

LIMA, Antônio Carlos de Souza; BARROSO, Maria Macedo. A presença indígena na construção de uma educação superior universal, diferenciada e de qualidade. In: _____ **Povos indígenas e universidade no Brasil: contexto e perspectivas, 2004-2008**. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.

LOPEZ, Luís Enrique. Interculturalidad, educación y política en América Latina: pistas para una investigación comprometida y dialogal. In: MUNHOZ, Maria de Lourdes Casillas; VILLAR, Laura Santini (Coord.). **Reflexiones y experiencias sobre educación superior intercultural en América Latina y el Caribe** – Tercer Encuentro Regional. México, DF: CGIB, 2013, p. 67-153.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Os indígenas antropólogos: desafios e perspectivas. **Novos debates**. Brasília, v. 2, n.1, p. 233-432, jan./2015.

MELLO, Luiz Felipe. PF investiga agressão contra indígena em Porto Alegre. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 25/03/2016. Disponível em: <http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/Policia/2016/03/582718/PF-investiga-crime-de-odio-contra-indigena-em-Porto-Alegre>. Acesso em: 25 mar. 2016.

MONTEMAYOR, Carlos. "La guerrilla en México hoy". **Fracta**, v. III, n. 11, ano 3, p. 11-44, out.-dez./1998. Disponível em: <http://www.mxfractal.org/F11monte.html>. Acesso em: 10 mar. 2016.

PAULA, Eunice Dias de. A interculturalidade no cotidiano de uma escola indígena. **Cad. CEDES**. Campinas, v. 19, n. 49, p. 76-91, dez. 1999.

UFOPA. **Nota de esclarecimento**. Santarém, Pará, 12/06/2015.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **O nativo revestido com as armas da antropologia**. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, BA, 2008.

Recebido em: 20/11/2018 Aprovado em: 20/02/2019
--